



**CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA JURÍDICA E REPRESENTAÇÃO JUDICIÁRIA PARA O MUNICÍPIO DE BOTICAS**

No dia dezanove, do mês de Junho, do ano de Dois mil e dezoito, nesta vila de Boticas e Edifício dos Paços do Concelho, compareceram como outorgantes:

**PRIMEIRO:**

**MUNICIPIO DE BOTICAS**, NIF 506 886 964, com sede em Praça do Município, 5460-304 Boticas, endereço eletrónico *município@cm-boticas.pt*, telefone n.º 276410200 e fax n.º 276410201, neste acto legalmente representado pelo Presidente da Câmara, **Fernando Eirão Queiroga**

**SEGUNDO:**

**MEDINA & ASSOCIADOS – Sociedade de Advogados, SP, R.L**, com sede na Avenida da Boavista, n.º2881, 1º Andar, sala 7, 4100-136 Porto, NIF e matrícula 510 209 424, neste ato legalmente representada por **Patricia Medina Tavares**,

verificada pela certidão emitida pelo Conselho Geral da Ordem dos Advogados.

E pelo representante do primeiro outorgante foi dito que:

**Cláusula 1.ª**

**Objecto do contrato**

O presente contrato tem por objeto a Aquisição de Serviços de Assessoria Jurídica e Representação Judiciária para o Município de Boticas, precedido de Consulta Prévia e adjudicado ao segundo outorgante por despacho do Presidente da Câmara de 14 de Junho de 2018, em conformidade com o Caderno de Encargos, devidamente aprovado por despacho do Vice-Presidente da Câmara de 07 de Junho de 2018, nos termos da proposta apresentada pelo segundo outorgante.

**Cláusula 2.ª**

**Prazo de Execução**

Os serviços serão prestados no prazo de 18 meses, a contar da data de celebração do contrato.



**Cláusula 3.ª**

**Preço contratual**

Pelo serviço previsto na cláusula 1.ª, o Primeiro Outorgante obriga-se a pagar ao Segundo Outorgante o valor de Quarenta e cinco mil euros (45.000,00 €), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

**Cláusula 4.ª**

**Pagamentos**

As quantias devidas pelo primeiro outorgante nos termos da cláusula anterior, são pagas no prazo máximo de 30 dias após a recepção pelo primeiro outorgante das respectivas facturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

**Cláusula 5.ª**

**Caução**

Não é exigível a prestação de caução de acordo com o nº 2 do artigo 88.º do CCP. No entanto e atendendo ao nº3 do mesmo diploma pode o Município de Boticas, se o considerar conveniente, proceder à retenção de até 10% do valor dos pagamentos a efetuar.

**Cláusula 6.ª**

**Foro Competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Círculo, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 7.ª**

**Prevalência**

1 – Consideram-se como condições a observar no serviço, as expressas no contrato, os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos e na proposta apresentada pelo segundo outorgante.

2 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, prevalece em primeiro lugar os suprimientos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, os esclarecimentos e as retificações



relativos ao Caderno de Encargos, Caderno de Encargos, seguidamente a proposta apresentada pelo segundo outorgante, e em último lugar o texto do presente contrato, nos termos do disposto no n.º6, do artigo 96.º, do CCP.

**Cláusula 8.ª**

**Legislação Aplicável**

A tudo o que não esteja previsto no presente contrato aplica-se o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua actual redação e demais legislação aplicável.

**Cláusula 9.ª**

**Dotação Orçamental**

A despesa inerente ao contrato será satisfeita pela seguinte dotação orçamental, 0102/020214, conforme proposta de cabimento n.º 907, compromisso n.º 947 e requisição externa de despesa n.º 440.

**Cláusula 10.ª**

**Gestor do Contrato**

As funções de gestor do contrato previstas no artigo 290º-A do CCP, competem à Dr.ª Gabriela Fernandes, Jurista da Câmara Municipal de Boticas.

**Cláusula 11.ª**

**Disposições Finais**

- 1 — Os pagamentos a efetuar ao abrigo do presente contrato serão efetivados após a verificação dos formalismos legais em vigor para o processamento das despesas públicas.
- 2 — O procedimento por Consulta Prévia relativo ao presente contrato foi devidamente autorizado por despacho do Vice-Presidente da Camara Municipal de 07 de Junho de 2018.
- 3 — Não se registaram quaisquer ajustamentos ao conteúdo do presente contrato.

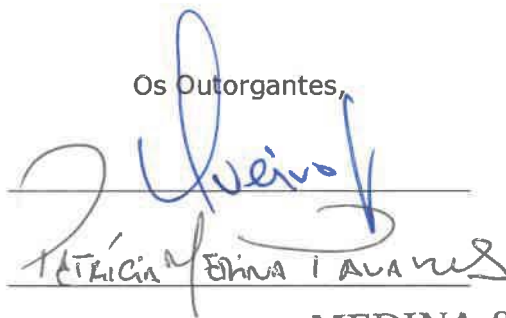
O segundo Outorgante apresentou ainda os seguintes documentos:

- 1 – Certidão (Consulta), emitida pelo Serviço de Finanças do Porto em 18 de Junho de 2018, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;

**BOTICAS**  
CÂMARA MUNICIPAL

- 2 - Certidão (Consulta), emitida pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social em 18 de Junho de 2018, comprovativa de a firma representada pelo segundo outorgante ter a sua situação tributária devidamente regularizada;
- 3 - Certificado de Registo Criminal dos administradores;
- 4 - Declaração nos termos da alínea a), do nº1, do art.º 81º, do Código dos Contratos Públicos.

Os Outorgantes,



**MEDINA & ASSOCIADOS**  
**Sociedade de Advogados, RL**

Av. da Boavista, 2881, 1º Sala 7 - 4100-136 PORTO  
Telef.: 226 198 100 - Fax: 226 105 301  
Pessoa Colectiva n.º 510 209 424  
Inscrito na Ordem dos Advogados sob o n.º 16/12  
info@medina.pt    www.medina.pt